



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 4.262, DE 2019 **(Do Sr. Gilson Marques)**

Altera a Lei 5.474, de 1968, para permitir a emissão de faturas e duplicatas sobre contratos de locação de bens móveis ou imóveis.

DESPACHO:

APENSE-SE AO PL-4092/2019.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

O Congresso Nacional decreta a seguinte Lei:

Art. 1º. Esta Lei altera a Lei 5.474, de 1968, para permitir a emissão de faturas e duplicatas sobre contratos de locação de bens móveis ou imóveis.

Art. 2º. O art. 20 da Lei 5.474, de 1968, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 20. As empresas individuais ou coletivas, fundações ou sociedades civis que se dediquem à prestação de serviços ou à locação de bens móveis ou imóveis também poderão, na forma desta Lei, emitir fatura e duplicata.

.....

§4º. No caso dos títulos mencionados no caput, quando emitidos sobre contratos de aluguel, a importância a pagar se limitará ao total das prestações mensais do contrato de aluguel em vigor.

§5º. Às duplicatas referidas no caput, aplicam-se, no que couberem, os dispositivos da Lei 13.775, de 2018.” (NR)

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Hoje a emissão de duplicatas sobre contratos de aluguel de bens móveis ou imóveis não é permitida, porquanto a Lei 5.474/1968 autoriza sua emissão apenas sobre os contratos de compra e venda mercantil (art. 1º) e à prestação de serviços em sentido estrito (art. 20). Como a natureza jurídica do contrato de aluguel não se enquadra em nenhuma daquelas hipóteses, entende-se que a emissão de duplicatas sobre eles não é autorizada pela Lei.

Contudo, os contratos de aluguel possuem todas as características necessárias para que a duplicata possa funcionar positivamente para aquela atividade. Os contratos de aluguel têm prazo e são divididos em prestações devidas com periodicidade preestabelecida. Embora essas características não sejam essenciais para a emissão de duplicata, elas são importantes para que a duplicata tenha uma utilidade em grande escala, permitindo a movimentação de recursos de forma mais fácil.

O presente projeto pretende aprimorar a legislação com o fim de permitir que sejam emitidas duplicatas sobre contratos de aluguel de bens móveis e imóveis. Além disso, tem por objetivo deixar mais claro que o valor a ser pago na duplicata deverá corresponder no máximo ao total das prestações do contrato em vigor. Isso, evidentemente já seria o caso independentemente desse dispositivo, mas é importante deixar claro que não poderá ser feita duplicata sobre expectativa de renovação de contrato de aluguel.

Finalmente, autoriza-se explicitamente a emissão de duplicata eletrônica para os contratos previstos no art. 20 da Lei 5.474/1968, para agilizar e facilitar ainda mais as transações financeiras decorrentes de aluguéis.

Esse o teor da proposição ora apresentada que ajudará no esforço da liberação das atividades empresariais e financeiras no Brasil, contribuindo para aumentar e acelerar a circulação de renda e, com isso, ajudar na retomada do crescimento econômico.

Diante disso, pedimos a Vossas Excelências o apoio para a aprovação dessa proposta.

Sala das Sessões, em 6 de agosto de 2019.

**Deputado GILSON MARQUES
(NOVO-SC)**

<p>LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL Seção de Legislação Citada - SELEC</p>
--

LEI Nº 5.474, DE 18 DE JULHO DE 1968

Dispõe sobre as Duplicatas, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL decreta e eu sanciono a seguinte

Lei:

CAPÍTULO I DA FATURA E DA DUPLICATA

Art. 1º Em todo o contrato de compra e venda mercantil entre partes domiciliadas no território brasileiro, com prazo não inferior a 30 (trinta) dias, contado da data da entrega ou despacho das mercadorias, o vendedor extrairá a respectiva fatura para apresentação ao comprador.

§ 1º A fatura discriminará as mercadorias vendidas ou, quando convier ao vendedor, indicará somente os números e valores das notas parciais expedidas por ocasião das vendas, despachos ou entregas das mercadorias.

§ 2º [*Revogado pelo Decreto-Lei nº 436, de 27/1/1969*](#)

Art. 2º No ato da emissão da fatura, dela poderá ser extraída uma duplicata para circulação como efeito comercial, não sendo admitida qualquer outra espécie de título de crédito para documentar o saque do vendedor pela importância faturada ao comprador.

.....

CAPÍTULO VII DAS DUPLICATAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Art. 20. As empresas, individuais ou coletivas, fundações ou sociedades civis, que se dediquem à prestação de serviços, poderão, também, na forma desta Lei, emitir fatura e duplicata.

§ 1º A fatura deverá discriminar a natureza dos serviços prestados.

§ 2º A soma a pagar em dinheiro corresponderá ao preço dos serviços prestados.

§ 3º Aplicam-se à fatura e à duplicata ou triplicata de prestação de serviços, com as adaptações cabíveis, as disposições referentes à fatura e à duplicata ou triplicata de venda mercantil, constituindo documento hábil, para transcrição do instrumento de protesto,

qualquer documento que comprove a efetiva prestação, dos serviços e o vínculo contratual que a autorizou. (Parágrafo acrescido pelo Decreto-Lei nº 436, de 27/1/1969)

Art. 21. O sacado poderá deixar de aceitar a duplicata de prestação de serviços por motivo de:

- I - não correspondência com os serviços efetivamente contratados;
 - II - vícios ou defeitos na qualidade dos serviços prestados, devidamente comprovados;
 - III - divergência nos prazos ou nos preços ajustados.
-
-

LEI Nº 13.775, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2018

Dispõe sobre a emissão de duplicata sob a forma escritural; altera a Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997; e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a emissão de duplicata sob a forma escritural.

Art. 2º A duplicata de que trata a Lei nº 5.474, de 18 de julho de 1968, pode ser emitida sob a forma escritural, para circulação como efeito comercial, observadas as disposições desta Lei.

Art. 3º A emissão de duplicata sob a forma escritural far-se-á mediante lançamento em sistema eletrônico de escrituração gerido por quaisquer das entidades que exerçam a atividade de escrituração de duplicatas escriturais.

§ 1º As entidades de que trata o caput deste artigo deverão ser autorizadas por órgão ou entidade da administração federal direta ou indireta a exercer a atividade de escrituração de duplicatas.

§ 2º No caso da escrituração de que trata o caput deste artigo, feita por Central Nacional de Registro de Títulos e Documentos, após autorizada a exercer a atividade prevista no caput deste artigo, nos termos do § 1º deste artigo, a referida escrituração caberá ao oficial de registro do domicílio do emissor da duplicata.

§ 3º Se o oficial de registro não estiver integrado ao sistema central, a competência de que trata o § 2º deste artigo será transferida para a Capital da respectiva entidade federativa.

§ 4º O valor total dos emolumentos cobrados pela central nacional de que trata o § 2º deste artigo para a prática dos atos descritos nesta Lei será fixado pelos Estados e pelo Distrito Federal, observado o valor máximo de R\$ 1,00 (um real) por duplicata.

.....

.....

FIM DO DOCUMENTO
